

**SANTA CATARINA
NO RANKING
DE COMPETITIVIDADE
DOS ESTADOS BRASILEIROS**

— *EDIÇÃO 2021* —

Governador de Santa Catarina
CARLOS MOISÉS

Vice-Governadora de Santa Catarina
DANIELA CRISTINA REINEHR

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (SDE)
LUCIANO JOSÉ BULLIGON

Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (SDE)
JAIRO LUIZ SARTORETTO

Secretário Executivo do Meio Ambiente
LEONARDO SCHORCHT BRACONY PORTO FERREIRA

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovações
MORIS CLEBER KOHL

Diretoria de Clima e Biodiversidade
LUCIANO HENNING

Diretor de Emprego e Renda
DIEGO GOULART

Diretora de Recursos Hídricos e Saneamento
PEDRO BROLEZZI

Diretor de Relações e Defesa do Consumidor
TIAGO SILVA

Diretor de Empreendedorismo e Competitividade
CARLOS ALBERTO ARNS FILHO

Gerente de Indicadores Econômicos (SDE)
PAULO ZOLDAN

Projeto Gráfico
JEFFERSON ADRIANO MAIER (ASCOM-SDE)



SUMÁRIO

SANTA CATARINA CRESCE NO RANKING DE COMPETITIVIDADE	4
SEGURANÇA PÚBLICA	6
INFRAESTRUTURA	7
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	8
SOLIDEZ FISCAL	10
EDUCAÇÃO	11
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	12
CAPITAL HUMANO	13
EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA	14
TAMANHO DO MERCADO	15
INOVAÇÃO	16
CONCLUSÕES	17

SANTA CATARINA CRESCE NO RANKING DE COMPETITIVIDADE

No dia 30 de setembro foi lançado, em São Paulo, a 10ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados. O Ranking foi concebido pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, por meio da metodologia SEALL, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada. A partir da edição de 2021, passou a ser concebido integralmente pela Tendências.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos indicadores contemplados.

O ranking, portanto, é uma ferramenta já conhecida e de grande relevância, que visa apoiar os líderes públicos brasileiros nas tomadas de decisões, com foco na melhoria de seus estados. Oferece ao setor público uma ferramenta exclusiva para nortear e avaliar ações no âmbito da sustentabilidade e que busca pautar a atuação dos líderes públicos na melhoria da competitividade.

O CLP compreende que a competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. Assim, um estado competitivo é compreendido como aquele que está atento aos recursos disponíveis e a forma como são utilizados para surtir efeitos positivos, tanto na geração de bem-estar e serviços públicos, quanto no desenvolvimento econômico local, gerando mais empregos e renda para a população.

Torna-se, dessa forma, importante, não apenas o resultado, mas também o sucesso em relação aos outros estados. Assim, ao observar como outros

governos se comportam, um efeito é gerado, motivando governos a tomar iniciativas de desenvolver políticas com cada vez mais impacto.

O Ranking, tem, portanto, por objetivo alcançar um entendimento mais profundo e abrangente dos Estados brasileiros. Pode representar também uma ferramenta útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de seus projetos de investimento.

Os sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Também funcionam na promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.

Foram, então, selecionados 86 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos, todos considerados como fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. Cada pilar tem um peso específico no ranking geral e cada indicador um peso específico dentro de cada pilar.

Cada um desses indicadores, além da classificação no ranking, recebe também uma nota (de 0 a 100, sendo 100 a nota máxima e que se refere ao Estado mais bem colocado).

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de fontes, os anos

de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. A maioria, nessa edição, refere-se ao ano de 2020, mas em vários casos referem-se a anos anteriores, por ser o último disponível.

Os indicadores adotados e avaliados no Ranking foram utilizados como forma de mensuração de dois conjuntos de avaliação em sustentabilidade bem conhecidos no mercado: os critérios ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim como na edição de 2020, São Paulo segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Da mesma forma, Santa Catarina permaneceu na segunda posição pelo quinto ano consecutivo. Distrito Federal, na terceira, e Paraná, na quarta. O Rio Grande do Sul caiu mais uma posição e ficou em 9º lugar.

Vice-líder pelo quinto ano consecutivo, Santa Catarina se destaca ocupando a 1ª posição nos pilares de Segurança Pública e na Sustentabilidade Social, bem como a 2ª colocação nos de Educação e Eficiência da Máquina Pública. E ainda a 3ª em Inovação e Infraestrutura. Nessa edição o Estado ganha posições no pilar de Sustentabilidade Ambiental (+4), porém perdeu colocações nos pilares de Infraestrutura e Eficiência da Máquina Pública (-1 posição), Solidez Fiscal (-3), Capital Humano (-10) e Potencial de Mercado (-2).

Ainda assim, devido ao critério de ponderações, bem como ao desempenho das demais Unidades da Federação (UFs), essas perdas não impediram que Santa Catarina avançasse na pontuação geral. Quando observado a nota

geral do ranking, o Estado avançou de 79,5 na edição 2020 para 80,7 na edição atual, enquanto o 1º colocado, São Paulo, perdeu competitividade, passando de 86,4 pontos para 84,9 pontos.

Ainda observando o conjunto da federação, observa-se que entre 2015 e 2021, as únicas UFs que avançaram mais que Santa Catarina nesse critério foram na ordem: Alagoas (13º colocado), Mato Grosso (7º) e Distrito Federal (3º). Um resultado relevante, considerando-se o já avançado nível de desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina, que figura com as melhores notas e classificações.

Dos 86 indicadores avaliados nessa edição, 22 tiveram melhora na classificação, 33 permaneceram na mesma posição e houve piora em 18 deles. Outros 13 foram introduzidos pela primeira vez na avaliação.

Quanto a nota atribuída a cada um desses indicadores, o Estado teve a melhor nota em 9 deles. Houve melhora em 29 e piora em 27 deles, sendo que para 17 foram atribuídas a mesma nota da edição anterior. Lembrando que 13 são novos.

E assim, através da observação de cada um dos indicadores que compõem o ranking é possível compreender a dinâmica de cada um, e por sua vez, sondar as fragilidades e potencialidades de cada UF. Dessa forma, os pilares que sustentam o Ranking serão apresentados por ordem de peso atribuído a cada um deles no ranking, de maneira que se possa compreender sua composição, sua dinâmica no tempo e a posição de Santa Catarina no pilar e em cada um dos indicadores que o compõe. As comparações são sempre em relação aos demais estados brasileiros e ao Distrito Federal.

SEGURANÇA PÚBLICA

No caso da **Segurança Pública** considera-se como o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais ao longo de toda história se mostraram essenciais para o desenvolvimento. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é considerada como condição fundamental para o bem-estar social e a competitividade dos Estados. Por esta razão, a segurança pública recebeu o maior peso (13,5%) no Ranking.

Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal seguem ocupando, nessa ordem, as primeiras posições no pilar de Segurança Pública. O pilar é com-

posto por 9 indicadores, listados na Tabela 1. Santa Catarina se destaca com o estado de maior Segurança Patrimonial (roubos por 100 mil habitantes) cuja colocação passou da 14ª colocação em 2020 para a 1ª em 2021. No indicador Segurança Pessoal (óbitos por 100 mil habitantes), o Estado manteve a 2ª colocação, mas houve melhora na nota atribuída ao indicador. Houve ainda melhora na colocação dos indicadores Atuação do Sistema de Justiça Criminal (de 11º para 7º posto); Morbidade no Trânsito (de 13º para 12º posto) e Qualidade da Informação de Criminalidade (de 13º para 11º posto). No entanto, houve piora na colocação do Estado nos indicadores Déficit Carcerário (de 1º para 7º posto); Mortalidade no Trânsito (de 18º para 19º posto) e Presos sem Condenação (de 5º para 6º posto). Nesse último, apesar de haver perda de posto, houve melhora na nota do indicador, assim como em Mortes a Esclarecer, em que o estado permaneceu na 9ª posição.

TABELA 1 - PILAR SEGURANÇA PÚBLICA

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
SEGURANÇA PÚBLICA	1º		1º		1º		2º		1º		4º	
1. Atuação do Sistema de Justiça Criminal	64,3	7º	35,0	11º	35,0	11º	49,8	6º	26,8	6º	34,6	4º
2. Déficit Carcerário	87,8	7º	100,0	1º	100,0	1º	97,0	2º	72,3	7º	76,0	7º
3. Morbidade no Trânsito	77,7	12º	84,3	13º	84,9	17º						
4. Mortalidade no Trânsito	47,0	19º	53,4	18º	61,6	17º	60,1	15º	80,6	5º	81,1	6º
5. Mortes a Esclarecer	94,2	9º	88,3	9º	85,4	11º	90,9	7º	96,2	2º	0,0	27º
6. Presos sem Condenação	73,4	6º	68,6	5º	74,8	5º	61,2	8º				
7. Qualidade da Informação de Criminalidade	77,4	11º	74,9	13º	74,9	13º	85,6	13º				
8. Segurança Patrimonial	100,0	1º	73,4	14º	100,0	1º	97,0	3º	69,9	8º	70,5	7º
9. Segurança Pessoal	93,9	2º	89,3	2º	93,4	2º	89,8	2º	92,8	2º	98,0	2º

INFRAESTRUTURA

No que se refere a **Infraestrutura**, considerou-se que sua crônica deficiência é um dos principais desafios para a melhoria da competitividade do País, juntamente com a deficiência na educação. Buscou-se, aqui, compilar indicadores de segmentos como rodovias, energia e telecomunicações, sendo que pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade das Rodovias, Qualidade da Energia Elétrica e Custo da Energia Elétrica, considerados os mais críticos. Já o indicador Acesso à Energia Elétrica recebeu menor peso, tendo em vista que a cobertura deste serviço já é bastante elevada em praticamente todas as UFs.

Por conta de sua importância decisiva para a competitividade, a infraestrutura tem o segundo maior peso entre os 10 pilares (12,6% do cômputo geral). São 10 os indicadores avaliados, conforme apresentado na Tabela 2,

onde pode-se observar a evolução do Estado nos últimos seis anos, seja em relação a posição no ranking ou na nota atribuída ao Estado.

Santa Catarina, que ocupava a segunda melhor posição nesse pilar na edição de 2020, perdeu um posto e voltou para a terceira colocação, por conta da piora relativa nos indicadores de Custo do Saneamento Básico e Custo dos Combustíveis. Houve também piora na nota do indicador Acessibilidade dos Serviços de Telecomunicações, Custo da Energia Elétrica (ainda que o Estado tenha avançado para a 2ª posição) e Disponibilidade de Voos Diretos. Houve, no entanto, estabilidade ou melhora em outros, como foi o caso do Acesso e Qualidade da Energia Elétrica, Qualidade das Rodovias e Qualidade dos Serviços de Comunicação. O Estado manteve a 1ª posição no indicador Backhaul de Fibra Ótica. Devido aos pesos atribuídos a cada indicador e também ao desempenho deles nas demais UFs, os avanços obtidos não foram suficientes para contrabalançar a piora de alguns indicadores.

TABELA 2 - PILAR INFRAESTRUTURA

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
INFRAESTRUTURA	3ª		2º		3º		4º		3º		4º	
1. Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	53,8	4º	58,3	4º	56,4	4º	48,5	8º	43,4	7º	40,6	7º
2. Acesso à Energia Elétrica	99,4	4º	99,4	4º	97,6	7º	98,9	6º	85,4	18º	97,3	6º
3. Backhaul de Fibra Ótica	100,0	1º	100,0	1º								
4. Custo da Energia Elétrica	88,5	2º	89,7	3º	73,7	7º	52,4	10º	40,6	14º	42,8	11º
5. Custo de Combustíveis	76,8	6º	88,7	3º	95,4	3º	84,6	6º	82,2	3º	84,2	4º
6. Custo de Saneamento Básico	40,2	18º	50,0	16º	48,7	18º	38,6	18º	36,2	19º	41,5	22º
7. Disponibilidade de Voos Diretos	8,9	9º	10,5	9º	10,9	9º	11,2	9º	10,8	9º	11,0	10º
8. Qualidade da Energia Elétrica	92,3	13º	89,2	16º	93,0	14º	88,6	15º	84,0	15º	78,2	13º
9. Qualidade das Rodovias	46,2	15º	46,2	15º	50,8	15º	50,1	11º	54,7	10º	40,9	17º
10. Qualidade do Serv. de Telecomunicações.	91,3	3º	88,6	5º	83,6	9º	71,0	10º	74,0	7º	83,9	8º

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O pilar da **Sustentabilidade Social** foi construído a partir de uma visão multidimensional. É uma ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.

Nessa concepção, a qualidade de vida é resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para o conjunto da população. Naturalmente, porém, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar na economia de mercado.

O pilar da sustentabilidade social é, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do Ranking de Competitividade dos Estados como um todo. É dos de maior peso no cômputo geral do ranking (12%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública. A conexão do pilar com a competitividade está no pressuposto de que um Estado competitivo é aquele capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes.

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes. Mas há também uma conexão com um conceito “mais privado” de competitividade. Muito embora o ranking contemple pilares específicos para educação e capital humano, o pilar de sustentabilidade social também tem importância crucial para o reforço da qualidade do capital humano. A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia de mercado, reforçando a quantidade de trabalho na economia – o que potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor. A face multidimensional do pilar caminha na direção compreen-

didada como um movimento que equaliza a igualdade de oportunidades e respeita as escolhas individuais dos membros dessa comunidade.

Assim, o pilar está composto por 17 indicadores relacionados a saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias, conforme Tabela 3. Além dos indicadores previamente utilizados no Ranking 2020, o pilar ganhou 4 indicadores a partir da edição de 2021: Cobertura Vacinal, Desnutrição na Infância, Equilíbrio Racial e Obesidade na Infância.

As UFs mais bem colocadas foram Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo, nessa ordem. Em relação à edição passada, Santa Catarina segue como o primeiro colocado e o Distrito Federal passou da 3ª para 2ª posição, ocupando o lugar de São Paulo.

Santa Catarina, portanto, é o Estado onde estão os melhores indicadores Sociais do País, mantendo-se em primeiro lugar em toda a série avaliada. Tem a menor desigualdade de renda do País, a maior taxa de formalização do mercado de trabalho, a maior inserção econômica, inclusive de jovens, a menor mortalidade infantil e a maior cobertura vacinal. O Estado ainda é o segundo colocado no Número de Famílias abaixo da Linha de Pobreza (perdeu o primeiro posto para o Distrito Federal na edição de 2020); em Mortalidade Materna (Distrito Federal ocupa o 1º posto) e em Desnutrição na Infância (Rio Grande do Sul ocupa o 1º posto). Santa Catarina tem ainda o 3º maior IDH do País e a 3ª menor Obesidade na Infância.

Vale ainda destacar que em comparação à edição de 2020, devido a restrições orçamentárias e ao adiamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2020, PNAD, do IBGE, não houve atualização de 7 indicadores: IDH, Inadequação de Moradia, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Desigualdade de Renda, Acesso ao Saneamento Básico - Água, Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto e Inserção Econômica dos Jovens.

TABELA 3 - PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL

PILAR/INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	1°		1°		1°		1°		1°		1°	
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água	74,2	15°	74,2	15°	77,3	15°	76,8	13°	75,7	12°	73,9	13°
2. Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	62,9	10°	62,8	10°	58,4	8°	57,5	9°	40,0	14°	24,0	16°
3. Anos Potenciais de Vida Perdidos	87,8	5°	88,6	4°	88,3	6°	90,1	4°	86,7	5°	87,1	4°
4. Desigualdade de renda	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°
5. Famílias abaixo da linha da pobreza	97,7	2°	97,7	2°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°
6. Formalidade do Mercado de Trabalho	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°
7. IDH	74,9	3°	74,9	3°	74,9	3°	86,9	3°	84,9	3°	74,1	3°
8. Inadequação de Moradia	81,9	8°	81,9	8°	81,7	7°	81,7	7°	100,0	1°	100,0	1°
9. Inserção Econômica	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°
10. Inserção Econômica dos Jovens	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°
11. Mortalidade Infantil	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°
12. Mortalidade Materna	89,4	2°	98,2	2°	90,6	4°	100,0	1°	100,0	1°	100,0	1°
13. Mortalidade Precoce	77,5	4°	84,3	4°	78,6	3°	80,6	2°	80,6	2°	90,6	2°
14. Cobertura Vacinal	81,7	1°										
15. Desnutrição na Infância	96,1	2°										
16. Equilíbrio Racial	27,6	20°										
17. Obesidade na Infância	65,5	3°										

SOLIDEZ FISCAL

O pilar da **Solidez Fiscal** foi construído sob o pressuposto de ser condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado país, estado ou município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em déficits, resultando no aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais.

O pilar contempla nove indicadores e tem peso 11,7% no ranking geral. Santa Catarina recuou 3 posições no Pilar em 2021 passando para 13ª no ranking. A posição de cada indicador apresenta-se na Tabela 4.

Houve avanços no indicador Capacidade de Investimento (de 14º posto para o 10º); Poupança Corrente (de 12º para o 10º) e Solvência Fiscal (de 23º para o 22º). Manteve-se estável na classificação geral a Autonomia Fiscal (7º posto) e o Índice de Liquidez (5º). Houve piora na classificação de Gasto com Pessoal (12º para 14º), ainda que tenha havido melhora na nota atribuída ao indicador; de Regra de Ouro (11º para 15º); do Resultado Primário (de 16º para 17º) e do Sucesso do Planejamento Orçamentário (de 16º para 19º posto).

TABELA 4 - SOLIDEZ FISCAL

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
SOLIDEZ FISCAL	13º		10º		16º		9º		7º		10º	
1. Autonomia Fiscal	75,2	7º	76,6	7º	82,7	7º	80,0	7º	76,6	6º	71,2	8º
2. Capacidade de Investimento	43,3	10º	30,3	14º	30,8	13º	60,1	7º	66,5	5º	53,6	5º
3. Gasto com Pessoal	72,5	14º	63,7	12º	62,5	15º						
4. Índice de Liquidez	95,2	5º	93,8	5º	61,6	8º						
5. Poupança Corrente	38,5	10º	39,4	12º	40,9	18º						
6. Regra de Ouro	51,2	15º	64,5	11º								
7. Resultado Nominal					20,3	26º	45,4	15º	51,5	19º	46,3	12º
8. Resultado Primário	12,83	17º	27,7	16º	33,4	16º	45,7	18º	29,1	21º	13,9	19º
9. Solvência Fiscal	73,4	22º	69,6	23º	65,0	23º	83,0	16º	81,8	16º	79,8	12º
10. Sucesso do Planejamento Orçamentário	50,2	19º	55,6	16º	69,2	15º	51,3	19º	58,0	19º	51,9	19º

EDUCAÇÃO

O pilar **Educação**, por sua importância é um dos de maiores pesos do ranking (11,2%), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

As deficiências na educação do País estão entre os maiores desafios para a melhoria da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais seguem ocupando, nessa ordem, as primeiras posições no pilar de Educação. Este pilar é composto por 7 indicadores. Embora Santa Catarina tenha permanecido como o segundo

estado melhor classificado nesse Pilar, observa-se oscilação tanto de melhora como de piora nos indicadores que o compõe. Os únicos indicadores que avançaram entre 2020 e 2021 foram: Avaliação da Educação (SC avançou do 12º para o 1º posto) e Índice de Oportunidade na Educação (passa do 6º para o 4º posto). Esse último mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados. Houve piora na colocação e na nota atribuída ao indicador IDEB (passa de 2º para o 6º posto) sendo que os demais permaneceram estáveis.

Ressalta-se aqui que o último dado disponível para os indicadores IDEB, ENEM, Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental, Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio e Taxa de Atendimento do Ensino Infantil foi do ano de 2019. Com exceção do IDEB que foi lançado no ranking de 2021, todos os demais permaneceram estáveis, já que não foram atualizados.

TABELA 5 - EDUCAÇÃO

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
EDUCAÇÃO	2º		2º		3º		3º		3º		3º	
1. Avaliação da Educação	100,0	1º	70,0	12º	20,0	19º	10,0	20º		27º		27º
2. ENEM	92,4	4º	92,4	4º	92,4	4º	100,0	1º	71,6	6º	76,7	6º
3. IDEB	78,6	6º	97,1	2º	97,1	2º	97,1	2º	96,2	2º	94,9	3º
4. Índice de Oportunidade da Educação	83,5	4º	78,9	6º	78,9	6º	78,4	5º	92,9	3º	92,9	3º
5. PISA			0,0	0º	79,1	5º	79,1	5º	79,1	5º	94,1	4º
6. Taxa de Abandono do Ensino fundamental			0,0	0º							100,0	1º
7. Taxa de Abandono do Ensino Médio			0,0	0º							73,5	6º
8. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	100,0	1º	100,0	1º	98,0	2º						
9. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil (incluído 2017)			100,0	1º	98,0	2º	96,9	2º	94,8	2º		
10. Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	75,9	6º	75,9	6º	84,1	3º						
11. Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio (substituiu Taxa de Abandono do EM)			75,9	6º	84,1	3º	71,8	4º	61,7	7º		
12. Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	68,9	10º	68,9	10º	69,4	9º						
13. Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (substituiu Taxa EF)			68,9	10º	69,4	9º	81,8	7º	93,2	6º		

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

No que se refere ao pilar da **Sustentabilidade Ambiental**, compreende-se que o padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento.

Santa Catarina passa a ocupar a 4ª colocação nesse pilar, avançando 4 posições em relação a 2020. O peso do pilar no ranking é de 8,4%, sendo que são onze os indicadores utilizados. Além dos cinco indicadores previamente utilizados no Ranking 2020, o pilar ganhou seis indicadores a partir da edição de 2021. São eles: Coleta Seletiva de Lixo, Desmatamento, Reciclagem de Lixo, Recuperação de Áreas Degradadas, Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento e Velocidade do Desmatamento.

Nesta edição, o Paraná ocupou o primeiro lugar do pilar de Sustentabilidade Ambiental, à frente de São Paulo (2ª colocação) e do Distrito Federal (3ª). O Estado paranaense exibiu melhora relativa nos indicadores de Servi-

ços Urbanos, Destinação do Lixo e Perda de Água, além de ocupar a 1ª posição nos novos indicadores de Reciclagem de Lixo e Coleta Seletiva de Lixo.

Santa Catarina avançou para a quarta colocação no ranking. Foi o segundo ano consecutivo de melhora na colocação do Estado, que vinha oscilando entre a 8ª e a 11ª colocação nesse pilar. Entre 2020 e 2021, houve avanço em quatro indicadores: Serviços Urbanos, que trata da oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados (passa de 22º para 14º); Tratamento de Esgoto (passa de 19º para 15º); Perda de Água (passa de 7º para 6º) e Emissões de CO2 (passa de 8º para 4º). O único indicador que Santa Catarina teve recuo no ranking foi o da Destinação do Lixo, cuja pontuação é gerada a partir de dados municipais, sendo que o Estado passa do 2º para o 10º posto.

Entre os novos indicadores do ranking, Santa Catarina teve as melhores classificações na Coleta Seletiva do Lixo (2ª); Velocidade do Desmatamento (2ª) e Reciclagem de Lixo (3ª). As piores foram Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento (21º) e Recuperação de Áreas Degradadas (22º). No indicador Desmatamento, calculado pela razão entre a área total desmatada e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas, Santa Catarina ocupa a 10ª colocação.

TABELA 6 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	4º		8º		10º		8º		11º		9º	
1. Destinação do Lixo	64,3	10º	85,9	2º	81,5	5º	99,8	2º	85,0	5º	94,2	3º
2. Emissões de CO2	94,9	4º	67,0	8º	60,4	12º	62,9	14º	63,0	13º	32,7	15º
3. Perda de Água	88,1	6º	89,8	7º	79,0	9º						
4. Serviços Urbanos	53,7	14º	14,2	22º	43,3	11º	35,1	8º	45,2	10º	48,1	7º
5. Tratamento de Esgoto	29,4	15º	25,1	19º	27,2	19º	25,7	17º	28,6	16º	28,9	16º
6. Coleta Seletiva de Lixo	85,1	2º										
7. Desmatamento	94,4	10º										
8. Reciclagem de Lixo	92,6	3º										
9. Recuperação de Áreas Degradadas	1,6	22º										
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	0,0	21º										
11. Velocidade do Desmatamento	99,1	2º										

CAPITAL HUMANO

No que se refere ao pilar **Capital Humano**, pressupõe-se o baixo nível de qualificação da mão de obra como um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País. Embora o pilar Capital Humano não esteja entre os de maior peso (8,2%), isso se justifica em função da sua complementariedade com a educação.

Aqui foram considerados indicadores de Qualificação dos Trabalhadores (anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas) e a relação com a produtividade. Nesse último, a partir de 2021, houve alteração do denominador de “Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência” por “PIB total pela média de horas efetivamente trabalhadas em todos trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade”, tendo em vista o elevado contingente de subocupados por horas trabalhadas. O PIB considerado é uma estimativa da Tendências Consultoria, conforme regularmente publicado em seu relatório “Cenários Estaduais de Atividade Econômica”.

Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacio-

nados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada estado, é também um indicador relevante para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas. De todo modo, ressalta-se que os indicadores de qualificação e produtividade possuem de modo combinado um peso significativamente maior dentro do pilar do que o indicador de custo de mão de obra.

Santa Catarina recuou 10 posições nesse pilar passando da quinta para a décima quinta colocação no cômputo geral. O Estado já ocupou posições melhores em anos anteriores, registrando avanços e retrocessos nesse período quando observamos os indicadores que o compõe. Em 2021, a alteração da metodologia no indicador Produtividade do Trabalho, explica em parte a perda de postos do Estado, que passou da quarta para a sétima colocação. Também houve perda de nota e colocação no indicador do Custo de Mão de Obra. Vale destacar que o Custo da Mão de Obra no Estado é uma das mais altas do País (23º posto), sendo que a Qualificação dos Trabalhadores manteve a 5ª melhor posição do País, ainda que com piora na nota. O Indicador PEA com Ensino Superior manteve a colocação com leve melhora na nota atribuída.

TABELA 7 - CAPITAL HUMANO

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
CAPITAL HUMANO	15°		5°		7°		5°		3°		6°	
1. Custo de Mão de Obra	54,4	23°	56,5	22°	59,1	23°	58,7	23°	60,5	22°	58,7	23°
2. PEA com Ensino Superior	42,3	4°	41,6	4°	42,6	6°	42,5	5°	40,6	5°	44,4	4°
3. Produtividade do Trabalho	22,9	7°	34,2	4°	31,1	6°	34,9	4°	38,3	4°	31,1	4°
4. Qualificação dos Trabalhadores	57,7	5°	61,5	5°	60,1	5°	61,3	5°	65,3	4°	68,6	4°

EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

A discussão expressa no pilar da **Eficiência da Máquina Pública** está entre as motivações centrais da construção do Ranking, uma vez que motiva a criação de mecanismos de incentivos para a construção de um bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública são considerados não apenas como centrais na competitividade dos estados, mas instrumentos fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 8,1% no ranking final, foram agregados os indicadores Prêmio Salarial Público-Privado (uma análise a partir do dife-

rencial de salários público e privado); Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual (diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual) e Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual (distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual, desconsiderando saúde e educação, em relação ao cenário de equilíbrio). O pilar passou assim a avaliar 11 indicadores.

Santa Catarina passou da primeira para a segunda colocação no cômputo geral, mantendo-se bem posicionada quando comparado com os períodos anteriores a 2019. O Estado está mais bem classificado na Qualidade da Informação Contábil e Fiscal que passou, em 2021, da 10º colocação para a 2ª. Houve também melhora expressiva no indicador Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário que passou da 20ª colocação para a 8ª, com melhora significativa na nota atribuída ao indicador. O Custo do Legislativo em Relação ao PIB também avançou da 5ª para 4ª colocação. Houve piora relativa na colocação do Índice de Transparência (de 4º para 15º posto) e na Oferta de Serviços Digitais (de 1º para 5º posto). Os demais indicadores permaneceram estáveis ou entraram no ranking pela primeira vez.

TABELA 8 - EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA	2º		1º		7º		8º		7º		7º	
1. Custo do Executivo/PIB	86,9	9º	86,5	9º	87,5	10º	91,8	10º	92,0	9º	90,5	12º
2. Custo do Judiciário/PIB	94,0	5º	91,5	5º	91,5	5º	88,9	5º	92,8	5º	94,0	6º
3. Custo do Legislativo/PIB	95,4	4º	94,5	5º	92,2	6º	94,1	5º	93,4	6º	88,0	6º
4. Eficiência do Judiciário	25,9	18º	25,9	18º	5,5	25º	13,7	24º	15,7	24º	6,8	22º
5. Índice de Transparência	84,5	15º	93,4	4º	93,4	4º	97,2	13º	83,2	4º	83,2	4º
6. Oferta de Serviços Públicos Digitais	88,7	5º	100,0	1º								
7. Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	96,6	8º	26,2	20º								
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal	99,3	2º	80,7	10º								
9. Prêmio Salarial Público-Privado	65,7	6º										
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	74,5	8º										
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	75,0	10º										

TAMANHO DO MERCADO

No pilar **Tamanho do Mercado** foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e o crescimento potencial da força de trabalho. Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de destinação de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores Unidades da Federação. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de “dispersão”, evitando assim que os maiores Estados do País em termos de PIB – São Paulo possui mais de três vezes o tamanho do segundo maior Estado (Rio de Janeiro) – adquiram uma vantagem excessiva no Ranking como um todo, por conta de um único indicador. Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,5%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral.

Nesse indicador o Estado teve recuos, passando de 5º para o 7º posto. O principal indicador que influenciou esse avanço foi a taxa de crescimento da economia, que posicionou Santa Catarina em 6º lugar, ante a 3º posição no ano anterior.

TABELA 9 - TAMANHO DO MERCADO

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017	
EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA		2º		1º		7º		8º		7º
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho	32,5	16º	28,1	16º	24,3	16º	39,8	15º	39,0	15º
2. Tamanho de Mercado	13,5	6º	12,9	6º	12,6	6º	12,7	6º	12,6	6º
3. Taxa de Crescimento	61,9	6º	77,4	3º	67,0	6º	52,9	7º	48,6	10º

INOVAÇÃO

Por último, o pilar **Inovação** envolve aspectos relacionados a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores.

A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Em geral, as maiores inovações surgem a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia, os institutos de pesquisa e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento

das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

O pilar Inovação tem peso 6,9% no cômputo geral e contempla cinco indicadores que refletem de modo claro a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação. Santa Catarina ocupa a 3ª posição no ranking desse pilar, a mesma dos últimos seis anos e é apenas superada por São Paulo (2º) e Rio Grande do Sul (1º).

Santa Catarina se destaca em segundo lugar no indicador Depósito de Patentes no qual manteve a classificação da edição anterior, ainda que com leve recuo da nota. Em Empreendimentos Inovadores, Santa Catarina perdeu duas posições, mas se destaca em terceiro lugar. Esse indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital. No indicador Investimentos em P&D e em Bolsa de Mestrado e Doutorado, o Estado teve mais um avanço, com melhora tanto na nota como na colocação. A pior classificação nesse pilar está na Pesquisa Científica, mas houve melhora expressiva na colocação que avançou sete postos.

TABELA 10 - INOVAÇÃO

PILAR / INDICADOR	2021		2020		2019		2018		2017		2016	
INOVAÇÃO	3°		3°		3°		3°		3°		3°	
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado	44,4	10°	38,0	13°	65,4	7°						
2. Empreendimentos Inovadores	93,8	3°	100,0	1°	100,0	1°						
3. Investimentos em P&D	21,2	8°	19,6	10°	18,9	11°	31,1	6°	19,9	11°	23,7	5°
4. Patentes	93,7	2°	94,4	2°	83,3	2°	100,0	1°	98,7	2°	98,7	2°
5. Pesquisa Científica	43,5	14°	31,1	21°								

CONCLUSÕES

Como pode-se observar, o Ranking de Competitividade permite uma análise profunda e abrangente dos Estados Brasileiros, sendo uma excelente ferramenta de controle e acompanhamento da gestão pública. Permite identificar de forma simples, as áreas que precisam de melhorias e a definição de prioridades na atuação dos governos estaduais, estimulando a elevação do padrão de competitividade entre eles.

Da mesma forma, ao possibilitar uma comparação direta entre as UFs, de uma série de atributos econômicos e sociais, os sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo aos agentes públicos, assim como um mecanismo de prestação de contas e de promoção das melhores práticas na gestão pública.

A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos, premissa básica adotada pela CLP no desenvolvimento da metodologia desse trabalho. Por isso, o ranking veio oferecer as bases para a construção de um legado de competitividade para aqueles governos que desejarem.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e das fragilidades das políticas públicas em cada Estado, aqui sistematicamente evidenciados pelo CLP.

Apesar de Santa Catarina ter avançado 5 posições desde a primeira edição do Ranking, em 2011, e se consolidar como uma liderança competitiva, tanto o governo estadual como a sociedade em geral, se deparam com muitos desafios a serem enfrentados. São vários os indicadores em que Santa Catarina ou não está bem colocada ou perdeu pontuação no indicador.

São exemplos indicadores da infraestrutura, do trânsito, do saneamento básico, do manejo de resíduos sólidos, da destinação do lixo, do combate ao desmatamento, do desempenho dos poderes e da transparência, entre outros, apenas para citar segmentos em que o Estado tem muito espaço para avançar.

O padrão de competitividade vem se mostrando cada vez mais dinâmico, não somente entre os estados brasileiros, mas especialmente no cenário internacional. Ainda mais, considerando-se que nos deparamos com uma provável maior abertura econômica, bem como com a perspectiva de grandes desafios climáticos nos próximos anos. A sociedade em geral, líderes e agentes públicos e privados, precisam voltar-se cada vez mais para adoção de práticas sustentáveis de desenvolvimento econômico. Está cada vez mais evidente que a economia (e a sociedade) depende do meio ambiente e não o contrário. Por isso, uma provável expansão dessa consciência resultará em sistemas produtivos cada vez mais limpos e sustentáveis, baseados em ambientes socialmente equilibrados. E a competitividade evolui nessa direção. Cabe alinhar ações e enfrentar tais desafios, sob pena de perdermos o protagonismo que tanto nos orgulha.

Cabe ainda parabenizar a iniciativa e o protagonismo do Centro de Liderança Pública pelo desenvolvimento desse relevante estudo que vem sendo sistematicamente aprimorado e divulgado desde 2011.

ECONOMISTA PAULO ZOLDAN

